



Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Trav. Dr. Enéas Pinheiro s/n, Caixa Postal 48,
Fax (91) 276-9845, Fone: (91) 276-6333,
CEP 66095-100 e-mail: cpatu@cpatu.embrapa.br

COMUNICADO TÉCNICO

Comun. téc. Nº 16, Novembro/99, p.1-3

SEGURANÇA NA PROPRIEDADE DA TERRA E A CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS TROPICAIS NA AMAZÔNIA ORIENTAL: O CASO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA DE URUARÁ, PA

Charles H. Wood¹
Robert Walker²
Stephen Perz¹
Luiz Guilherme Teixeira Silva³
Fabiano Toni⁴
Marcellus Caldas⁵

O desmatamento nos trópicos representa uma grande ameaça aos ambientes naturais em escala local, regional e global, devido às mudanças ecológicas decorrentes da destruição das florestas. Uma alternativa óbvia de política para minimizar este problema é a adoção de reservas e áreas de conservação. Este enfoque, contudo, esbarra no problema da pobreza rural. Apesar de ser possível manter pequenos agricultores e a agricultura migratória fora de áreas bem protegidas, seria irrealista assumir que esta proteção poderia ser estendida a todas as áreas de proteção por um período prolongado, em nível regional, considerando as dificuldades orçamentárias que muitos governos de países em desenvolvimento enfrentam atualmente. É preciso, então, incentivar os agricultores a adotar atividades agrícolas mais favoráveis à conservação de recursos naturais.

O conceito de segurança de posse de terra, associado à idéia de direito de propriedade é sempre defendido nas discussões políticas conservacionistas. Muitas pessoas argumentam que os agricultores se sentem seguros em relação à posse da terra e no manejo de recursos escassos. Apesar destes argumentos teóricos serem convincentes, há poucos estudos empíricos que tenham testado este princípio no campo, particularmente em áreas de fronteira agrícola sob intensa pressão populacional. Estas são, sem dúvida, as áreas sob maior risco de desmatamento acelerado e degradação ambiental.

O interesse na ligação entre direitos de propriedade e a conservação de recursos tem uma longa história no campo de estudos da economia ambiental e de recursos naturais. Recentemente, economistas preocupados com desenvolvimento

¹Sociólogo, Ph.D, Universidade da Flórida - FU/USA, Center for Latin American Studies, Gainesville FL 32611-5530 - EUA.

²Eng. Quím. Ph.D, Regional Science Michigan State University. East Lansing, Michigan, 48824 - EUA.

³Eng.-Agr., M.Sc., Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Caixa Postal, 48, CEP 66017-970, Belém, PA.

⁴Eng.-Agr., Ph.D, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Km 1, Br-101 - Lagoa Nova - Campus Universitário, CEP 59.072-970, Natal, RN.

⁵Eng.- Agr., Ph.D, Universidade Federal da Bahia - UFBa, Rua Augusto Viana Canela, CEP 14.110-060 - Salvador, BA

também manifestaram interesse sobre o papel que os direitos de propriedade da terra desempenham sobre o processo de criação de riqueza e o desenvolvimento econômico em geral. O direito de vender e arrendar a terra e a proteção contra a ameaça de expulsão funcionam como estímulo à atividade econômica, particularmente ao investimento e acesso ao crédito rural. Neste sentido, a conservação de recursos naturais, como árvores e solo, representam uma forma de investimento e deve ser encorajada por condições de segurança de posse da terra.

Apesar das taxas de crescimento de espécies de madeira-de-lei serem muito baixas para protegê-las da exploração irracional por aqueles que procuram lucros imediatos, estratégias de aumentar o bem estar da família do agricultor podem alterar seu comportamento. O desejo de deixar na propriedade maior cobertura de floresta como herança para seus filhos só pode ser concretizado se o agricultor estiver seguro que tem a posse da terra. Este tipo de segurança também reduz a iniciativa de alguns proprietários em desmatar suas terras excessivamente para dar provas que tem posse da terra e a utiliza de maneira produtiva, pois a falta de segurança de posse de terra, juntamente com pobreza dos agricultores, contribui para a superexploração do solo ("minar a terra"), causando o seu esgotamento e degradação. Portanto, a segurança de propriedade da terra deve acarretar melhoras no solo e, induzir os agricultores a adotarem culturas perenes e espécies arbóreas.

Uma grande parte do debate e da pesquisa sobre desmatamento no que diz respeito ao uso racional da terra e dos recursos florestais está relacionada à propriedade rural como unidade de análise sócio-econômica. Contudo, algumas das ameaças mais significativas aos recursos florestais resultam de fatores externos associados à propagação de queimadas que ultrapassam as divisas das propriedades, além das quais os proprietários não têm controle algum. Queimadas recentes no Brasil, Indonésia e México enfatizam a relevância deste processo.

Na Amazônia brasileira, um milhão de hectares de florestas foram queimadas, no ano de 1998, antes do início das chuvas. Esta foi a primeira vez, desde que se tem registros de queimadas em áreas de floresta com essa extensão na Amazônia. Condições de seca associadas ao fenômeno "El Niño", e ao grande acúmulo de gases que provocam o "efeito estufa", provavelmente continuarão a diminuir a umidade da floresta e facilitar, no futuro, as queimadas em novas áreas. Neste quadro, é bastante preocupante o fato de o sistema de uso da terra prevalente na região ser dependente do uso do fogo.

A segurança de posse da terra é comumente interpretada como a obtenção de título e registro da propriedade - documentos oficiais fornecidos por agências governamentais como o Incra e Iterpa ou obtidos em operações de compra e venda de terras, como no projeto Tucumã, em São Félix do Xingu, Pará. Legal e logicamente, o título da propriedade e o direito do proprietário de usar sua terra como bem quiser não o protege das decisões econômicas de outros indivíduos, sendo ou não seus vizinhos. Pela mesma lógica, não é possível afirmar que indivíduos que possuem título de terra se preocupam com o efeito de suas decisões sobre seus vizinhos. Isso significa que a segurança decorrente da disponibilidade do título da terra é limitada. Esse limite é particularmente problemático no caso de recursos florestais, devido à constante ameaça da propagação de queimadas.

Uma pesquisa realizada em 1996, conduzida por pesquisadores da Universidade da Flórida, Universidade Estadual da Flórida e Embrapa, abordou a segurança de posse da terra entre pequenos agricultores da Amazônia brasileira e sua relação com a retirada de madeira e a propagação de queimadas. Os pesquisadores entrevistaram 261 pequenos agricultores na região da rodovia Transamazônica (BR-230), cujas propriedades consistiam de 347 lotes de 100 hectares – o tamanho original das propriedades distribuídas pelo governo federal através do Incra em projetos de colonização. Foram levantadas informações sobre as unidades familiares, seus sistemas agrícolas, o uso dos recursos florestais, e verificada a situação da posse da terra (titulada ou não) nos lotes.

Além das entrevistas nas propriedades, os pesquisadores realizaram entrevistas quantitativas com informantes-chave envolvidos com organizações políticas da região, como o sindicato dos trabalhadores rurais, cooperativas e outras organizações que trabalham com acesso ao crédito rural. Com base nessas entrevistas, os pesquisadores puderam determinar o nível de organização social em diferentes locais. Conhecendo a localização, acesso e distância em relação ao vizinho de cada lote, os pesquisadores puderam determinar a situação destes lotes como potenciais beneficiários de um espaço social ordenado, de alguns grupos.

As análises estatísticas permitiram mostrar que a titulação da propriedade afeta a exploração comercial de espécies de madeira por pequenos proprietários. Particularmente, a posse de título tende a encorajar a manutenção de madeira de alto valor na propriedade, a longo prazo. A posse de título também está fortemente ligada a atividades de reflorestamento por pequenos fazendeiros e a sua participação no mercado de madeiras. Os entrevistados que possuem título de terra venderam árvores de madeira-de-lei com uma frequência menor do que os que não tinham título. Como era de se esperar, a condição de titulação não apresentou efeito sobre a propagação de queimadas de uma propriedade para outra. Há evidência, entretanto, que o nível de organização entre proprietários, vizinhos ou em comunidades afeta a probabilidade dele ser atingido pelo fogo proveniente de outra propriedade. Isto é, lotes situados em locais onde a comunidade é mais organizada tendem a ter menos problemas com a passagem de fogo de lotes adjacentes.

Portanto, segurança de posse da terra, que inclui a posse de título, surte efeito positivo, a curto prazo, pois pode reduzir a retirada de madeiras nobres pelos pequenos proprietários e encorajá-los ao reflorestamento. É importante considerar que a segurança da posse da terra pode ser obtida por instituições que não a propriedade privada. O caso estudado sugere que numa dimensão da segurança da posse da terra deva ser considerado *o direito de se manter livre do fogo*. Para que os agricultores tenham a segurança quanto ao direito de propriedade da terra, é preciso, valorizar tanto o problema de titulação quanto o desenvolvimento e apoio às organizações sociais, que transformam pequenos proprietários, de simples agentes que tomam decisões isoladas a *vizinhos* com decisões comuns. É necessário entender a *organização social* como um mecanismo de exercício da cidadania e do direito à sobrevivência e à sustentabilidade ambiental.